



ANO 21 Nº 10
Outubro de 2012

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Expointer reflete avanço do agronegócio no Brasil

Os recordes de comercialização de máquinas agrícolas alcançados durante a Expointer refletem as mudanças que atravessa o campo brasileiro desde a última década. Durante a Feira, foram vendidas 6.550 unidades de máquinas agrícolas, correspondentes a R\$ 2,02 bilhões e a um crescimento de 146% em relação a 2011. No caso das máquinas produzidas no Estado, o atendimento dessas encomendas levará à ampliação da utilização da capacidade instalada, pelo menos até o mês de fevereiro, e à provável contratação de até 15 mil trabalhadores (Sindicato das Indústrias de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do RS-SIMERS). Cabe destacar o aumento da demanda por equipamentos para irrigação e por máquinas para agricultura de precisão — estas apresentando vantagens quanto ao menor porte e maior adequabilidade às alterações climáticas, cada vez mais frequentes.

Para o RS, um dos principais produtores brasileiros de máquinas agrícolas, essas vendas trouxeram um pouco de otimismo, tendo em vista a queda das encomendas verificada nos meses anteriores. Tais perdas decorreram das fortes secas que assolaram o Estado durante a safra 2011/2012 e que afetaram sobremaneira o desempenho da economia gaúcha no primeiro semestre do ano em curso. No Brasil, a venda de equipamentos para a agricultura e a expansão do agronegócio já vem se constituindo num dos principais fatores de crescimento do PIB, sendo que as vendas registradas na Expointer apenas reforçam essa tendência ascendente. Em 2011, a participação do agronegócio no PIB brasileiro atingiu 22,5% contra 21,8% em 2010 (CEPEA/USP).

De fato, à ampliação da venda de máquinas agrícolas pode se acrescentar a compra de terras por grandes multinacionais e as previsões de construção de equipamentos de silos e armazéns, dentre outros. Essa conclusão é confirmada pelas informações relativas à produção brasileira de bens de capital, onde se observa que, dentre os principais segmentos que compõem o setor, o de bens de capital para agricultura foi o que obteve os melhores resultados. Conforme o acumulado de 12 meses até jul./12, em relação a igual período do ano anterior, a produção de máquinas agrícolas cresceu 5,5%, enquanto a indústria de bens de capital como um todo sofreu uma queda de 6,6%. Nesse caso, é importante observar que a produção de peças para máquinas agrícolas reduziu-se em 15,2% (PIM/IBGE), revelando a significativa utilização de componentes e peças importadas. É provável, portanto, que o aumento da produção não esteja gerando efeitos positivos sobre a difusão de tecnologia, nem a geração de

novas atividades no interior dessa cadeia produtiva, no Brasil.

Outro elemento a ser destacado se refere ao fato de que os equipamentos comercializados na Expointer não são oriundos apenas do RS, nem estão voltados somente para o agronegócio estadual, embora seja indiscutível que, no curto prazo, essas vendas terão efeitos positivos sobre a produção tanto estadual quanto nacional desses bens. A queda da taxa de juros da economia contribuiu significativamente para o financiamento da aquisição de equipamentos. Destacam-se a redução das taxas cobradas nos financiamentos do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e, principalmente, do Programa Moderfrota. Ademais, a expansão da renda dos produtores rurais, decorrente da elevação dos preços dos produtos agrícolas no mercado mundial, está sendo um fator decisivo no aquecimento da demanda interna por máquinas agrícolas.

No que tange às tendências de longo prazo, faz-se necessário efetuar algumas reflexões sobre a orientação dos investimentos internacionais nesse domínio. A economia brasileira vem se afirmando como fornecedora mundial de *commodities* agrícolas e agroindustriais e, por essa razão, atraindo um grande volume de investimentos para essas atividades. Nota-se que esse movimento tem favorecido a ampliação da capacidade produtiva de máquinas agrícolas no Centro-Oeste, em São Paulo e no Paraná. No RS, ao contrário, há uma tendência de saída e/ou desativação de algumas unidades produtivas. É o caso da John Deere e da AGCO, que estão abrindo novas fábricas na Argentina e desativando parte da produção do RS, devido às barreiras comerciais estabelecidas por aquele País.

A expansão do agronegócio, da forma como vem se configurando no Brasil, se afirma há pelo menos uma década e vem contando com forte apoio governamental. Essa aprovação se manifesta também através das políticas de melhoramento da infraestrutura, contidas nas obras do PAC, e de alteração da legislação ambiental, como é o caso do controvertido novo código florestal. Um dos objetivos dessas políticas é melhorar as condições para a expansão da monocultura exportadora, para a produção de etanol e de matérias-primas agroindustriais (como é o caso da celulose).

Clarisse Chiappini Castilhos
Economista, Pesquisadora da FEE

Medidas de estímulo fiscal na economia brasileira: funcionam?

Diante da desaceleração iminente da economia brasileira em 2012, uma gama de instrumentos de política monetária e fiscal foi (e está sendo) utilizada pelo Governo Federal na tentativa de suavizar esse processo. Apesar de insuficientes, especialmente no que tange às deficiências estruturais do setor industrial brasileiro, essas medidas estão atingindo o objetivo proposto: suavizar a queda ou até mesmo reverter a tendência recente em alguns segmentos específicos. As pesquisas conjunturais mais recentes, tanto da indústria (PIM/IBGE) quanto do comércio (PMC/IBGE), apontam para uma tendência, mesmo que tímida, de recuperação, com destaque positivo para os meses de junho e julho.

Dentre as medidas fiscais tomadas pelo Poder Executivo, destacam-se a redução de alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), imposta pelo Decreto nº 7.725, e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), imposta pelo Decreto nº 7.725, ambos de 21 de maio de 2012. A primeira afeta alguns setores industriais específicos (móveis e eletrodomésticos, construção civil e automotivo), com reduções de alíquotas e prazos distintos, conforme segmento e categoria dos bens. A segunda afeta o custo efetivo total dos financiamentos e implica um incentivo adicional para o consumo: além do barateamento do preço final dos bens decorrente da redução do IPI, o custo real do endividamento baixou, o que induz a expansão do crédito e, conseqüentemente, da capacidade de consumo.

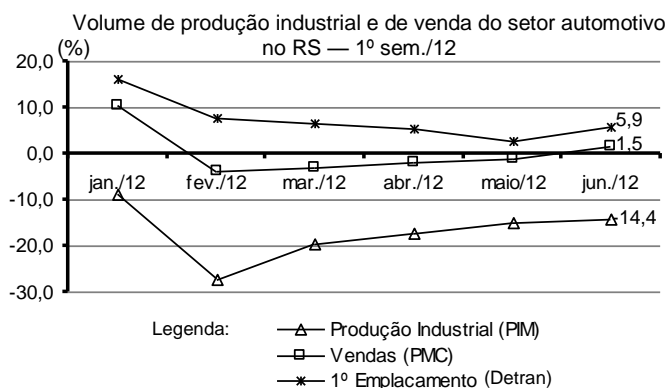
Além dessas medidas, amplamente divulgadas nos meios de comunicação, há outras de natureza fiscal que não têm a mesma inserção midiática, mas que devem ser tão saudadas quanto aquelas nas quais todos estão cotidianamente familiarizados. É o caso da Medida Provisória nº 578, de 31 de agosto de 2012, que permite às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real depreciar contabilmente, a uma taxa três vezes maior, bens como veículos de transporte, vagões, locomotivas, dentre outros ativos imobilizados. Essas providências, em conjunto, resultam em alguma redução na carga tributária das empresas brasileiras, que competem na economia internacional em condições fiscais muitas vezes adversas.

Dos diversos segmentos da economia, um dos mais importantes e fortemente atingido pela desaceleração econômica recente é o automotivo. Nos primeiros meses do ano, tanto a produção quanto as vendas apresentaram números declinantes. Como reflexo das já referidas renúncias fiscais anunciadas em maio de 2012, os meses subsequentes apresentaram alguma recuperação, especialmente no que se refere às vendas. Os dados do Gráfico 1 (Rio Grande do Sul) e do Gráfico 2 (Brasil) mostram que o impulso-resposta das políticas fiscais foi mais rápido no comércio do que na indústria: em função do elevado estoque nas fábricas, a produção industrial responde com uma defasagem temporal maior do que as vendas.

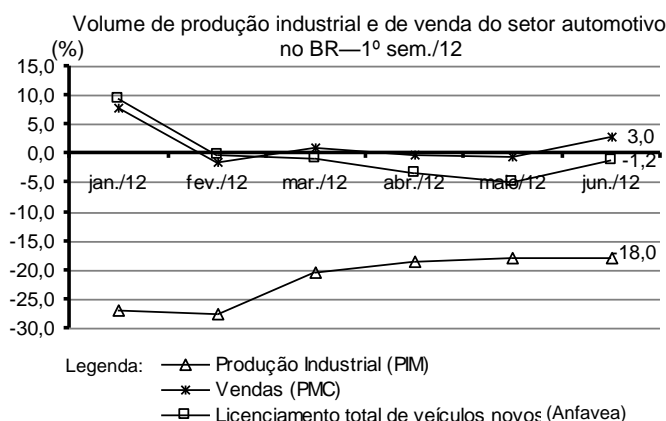
Em linhas gerais, as medidas de desoneração fiscal trazem benefícios para a economia, especialmente no que

se refere à conjuntura atual e às projeções pouco otimistas quanto ao desempenho econômico nos próximos meses. Entretanto, como a maior parte dessas medidas é de caráter tão somente transitório, com duração preestabelecida, seus resultados de longo prazo são contestáveis. Se os agentes econômicos sabem que o benefício dessas medidas tem prazo determinado, podem tão somente antecipar as decisões de produção e consumo, compensando esses aumentos no presente com reduções no futuro. Isso representaria uma suavização da trajetória de crescimento da economia brasileira, sem, no entanto, alterá-la. Nesse sentido, o benefício perene e duradouro dessas medidas está condicionado a uma reflexão mais profunda da sociedade acerca de reformas que forneçam soluções definitivas para o problema crônico da economia brasileira.

Infelizmente, algumas reformas que aumentariam a competitividade e a capacidade da economia brasileira de crescer — como a tributária e a trabalhista — enfrentam resistências políticas que as inviabilizam no curto prazo. Na predominância desse cenário, as medidas de renúncia fiscal transitórias permanecem sendo um alívio para o problema, mesmo que seus efeitos sejam meramente paliativos e com pouca influência sobre a taxa de crescimento de longo prazo da economia brasileira.



FONTE: IBGE e Detran/RS.



FONTE: IBGE e Anfavea.

Jéfferson Augusto Colombo
Economista, Pesquisador da FEE

As contas gaúchas apresentam muita fragilidade

A execução do orçamento da Administração Pública Estadual consolidada (Direta e Indireta) tem apresentado fragilidade desde 2010. Nos últimos anos, a receita consolidada (a preços de julho de 2012) cresceu, ajudada tanto pelos estímulos do Governo Federal ao setor industrial como também pelas medidas tributárias da Secretaria da Fazenda, tais como: fiscalização eletrônica e substituição tributária. A receita estava em R\$ 34,9 bilhões, em 2009, aumentou para R\$ 40,1 bilhões, em 2010, e depois, em 2011, baixou para R\$ 38 bilhões. A despesa consolidada também aumentou na mesma proporção da receita, tendo passado de R\$ 34,9 bilhões (2009) para R\$ 40,4 bilhões (2010) e, finalmente, a R\$ 38,5 bilhões (2011). A situação das contas no ano de 2009 foi positiva com resultado orçamentário superavitário de R\$ 11 milhões, tendo se deteriorado nos anos seguintes com déficits de: R\$ 262 milhões em 2010 e R\$ 520 milhões em 2011. Considerando o acumulado nos primeiros sete meses do ano, também ocorreram resultados orçamentários deficitários em 2011 (R\$ 208 milhões) e em 2012 (R\$ 644 milhões). Essa situação financeira das contas gaúchas mostra o quanto está sendo difícil manter equilibrado o orçamento em um cenário econômico adverso, com a necessidade constante de estímulos e medidas tributárias por parte de todos os governos. Nos próximos meses, dois encaminhamentos

serão fundamentais. Manter a arrecadação do ICMS superior à do ano anterior, como tem sido de janeiro a julho de 2012, com exceção de fevereiro; e adequar as despesas nos níveis das receitas, para minimizar o atual déficit público.

Evolução do resultado da execução do orçamento da Administração Pública Estadual Consolidada do RS — 2009-12 (R\$ milhões)

PERÍODOS	RECEITA CONSOLIDADA (A)	DESPEZA CONSOLIDADA (B)	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (C)
2009	34.973	34.962	11
2010	40.163	40.425	-262
2011	38.019	38.539	-520
2011 (jan.-jul.)	21.263	21.471	-208
2012 (jan.-jul.)	22.470	23.114	-644

FONTES: Secretaria da Fazenda do RS-Contadoria e Auditoria Geral do Estado-Divisão de Informações Legais e Gerenciais-Sistema AFE.

NOTA: os valores foram inflacionados pelo IGP-DI/FGV para julho de 2012.

Alfredo Meneghetti Neto
Economista, Pesquisador da FEE

Concentração populacional no Rio Grande do Sul

De acordo com recentes estimativas populacionais realizadas pela FEE para 2011, o Rio Grande do Sul apresentou um acréscimo de cerca de 40 mil pessoas com relação ao ano de 2010, atingindo a marca de 10.735.890 habitantes, distribuídos em 496 municípios. Os 18 municípios com mais de 100 mil habitantes, que são apenas 3,63% do universo total, agregam 46,8% da população do Estado. Já em 1980, esse percentual era de 35,2%, quando 11 municípios (4,74%) possuíam população acima de 100 mil habitantes. A análise do Índice de Gini revela que há uma crescente concentração populacional: em 1980, esse indicador era de 0,58, passando para 0,73 em 2010 e, apesar de o tempo ser curto para evidenciar mudanças, em 2011 já é estimado em 0,74.

No período analisado, houve um crescimento no número de municípios com menos de 10.000 habitantes, o que mostra uma pulverização da distribuição populacional. O número de municípios no Estado, em 1980, era de 232, sendo que 28,45% (66 municípios) tinham menos de 10.000 habitantes, passando, em 2010, para 66,73%, o que já representava 331 municípios. Por outro lado, o número de municípios de 10.000 a 100.000 habitantes caiu de 155 (66,81% dos municípios) em 1980 para 147 (29,64%) em 2010. O número de municípios com mais de 100.000 habitantes aumentou de 11 para 18 no período. Uma parte dessa concentração populacional pode ser explicada pela emancipação de municípios de pequeno porte. Além disso, em alguns municípios, a migração também desempenha um papel importante no crescimento da população.

Número de municípios, segundo o tamanho da população, e Índice de Gini no Rio Grande do Sul — 1980-2010

ANOS	NÚMERO DE MUNICÍPIOS								ÍNDICE DE GINI (1)
	Total		Menos de 10 000 hab.		De 10 000 a 100 000 hab.		Mais de 100 000 hab.		
	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	Absoluto	Relativo	
1980	232	100,00	66	28,45	155	66,81	11	4,74	0,58
1991	333	100,00	163	48,95	154	46,25	16	4,80	0,67
2000	467	100,00	304	65,10	146	31,26	17	3,64	0,72
2010	496	100,00	331	66,73	147	29,64	18	3,63	0,73

FONTES DOS DADOS BRUTOS: IBGE.

Censos Demográficos.

(1) Varia de zero (quando não há desigualdade) até um (no ponto onde se tem o grau máximo de desigualdade).

Marilene Dias Bandeira
Estatística, Pesquisadora da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — mar.-ago./12

(%)

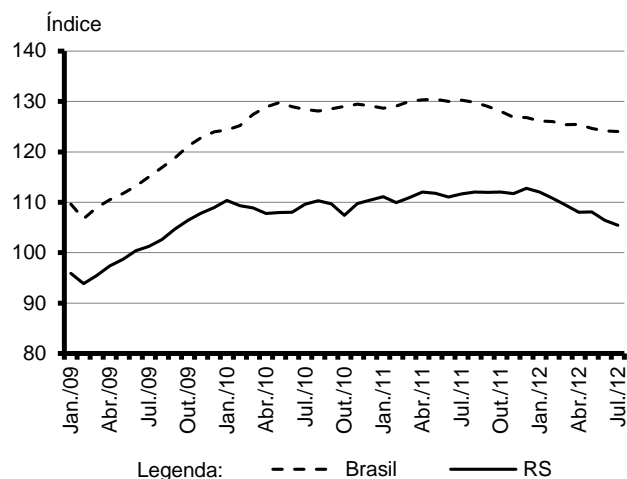
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Mar./12	0,21	1,22	5,24	0,43	0,62	3,24
Abr./12	0,64	1,87	5,10	0,85	1,48	3,65
Mai./12	0,36	2,24	4,99	1,02	2,51	4,26
Jun./12	0,08	2,32	4,92	0,66	3,19	5,14
Jul./12	0,43	2,76	5,20	1,34	4,57	6,68
Ago./12	0,41	3,18	5,24	1,43	6,07	7,73

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jul./12

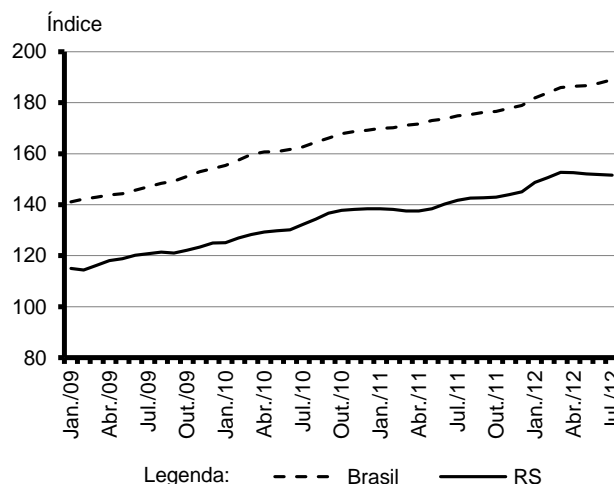


FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-jul./12



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.
2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — mar.-ago./12

INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Mar./12	Abr./12	Mai./12	Jun./12	Jul./12	Ago./12		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	1,80	1,85	1,99	2,05	2,03	2,03	1,91	1,87
Taxa de câmbio efetiva real (3)	79,2	81,3	85,4	86,8	86,4	87,3	82,5	81,1
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	9,75	9,00	8,50	8,50	8,00	7,50	9,03	9,84
Superávit primário (% do PIB)	-2,9	-4,0	-0,7	-0,8	-1,5	-	-2,8	-2,5
Balança comercial (US\$ milhões)	2.020	881	2.952	806	2.877	3.226	13.173	22.992
Exportações (US\$ milhões)	20.911	19.566	23.215	19.353	21.003	22.381	160.598	249.924
Importações (US\$ milhões)	-18.890	-18.685	-20.263	-18.547	-18.126	-19.155	-147.425	-226.931
Transações correntes (US\$ milhões)	-3.296	-5.397	-3.462	-4.406	-3.766	-2.568	-31.662	-49.702

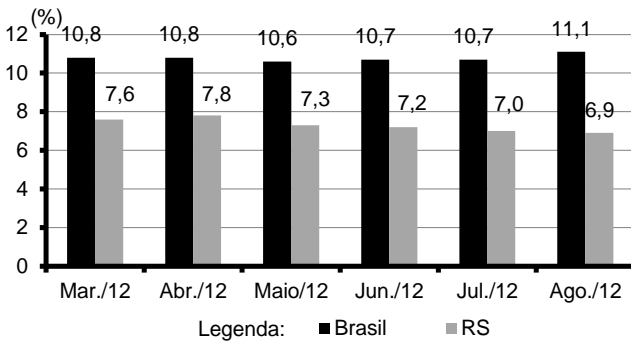
FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média do período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 21 nº 10

Gráfico 3

Taxa de desemprego total no Brasil e no Rio Grande do Sul — mar.-ago./12

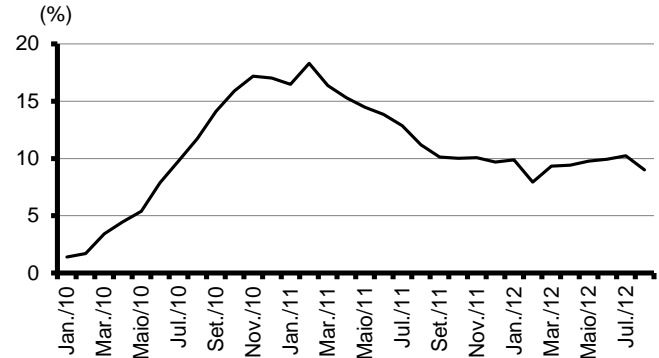


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.
2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4

Taxa de variação da arrecadação do ICMS no Rio Grande do Sul — jan./10-ago./12



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

Tabela 3

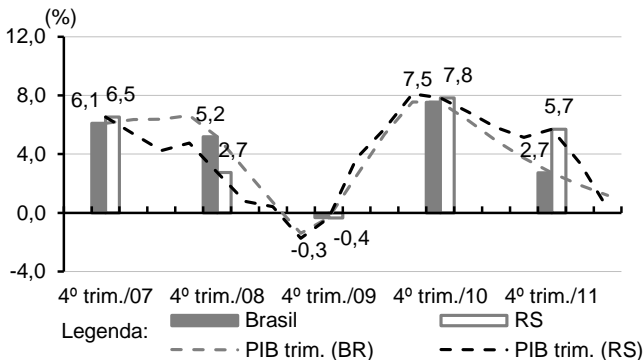
Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — mar.-ago./12

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIÇÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Mar./12	3.805	55.080	6,9	0,1	7,5	0,2	5,5	0,0	1,9
Abr./12	5.106	74.646	6,8	-2,9	4,5	-2,4	3,5	-0,5	1,1
Mai./12	6.787	97.861	6,9	-6,9	3,4	-5,9	3,1	-0,8	0,5
Jun./12	8.515	117.214	7,3	-8,1	-0,9	-7,3	0,2	-0,6	-0,8
Jul./12	10.285	138.217	7,4	-6,9	-1,7	-6,2	0,5	-0,6	-1,8
Ago./12	12.117	160.598	7,5	-6,1	-3,7	-5,9	-0,5	-0,2	-2,7

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

Gráfico 5

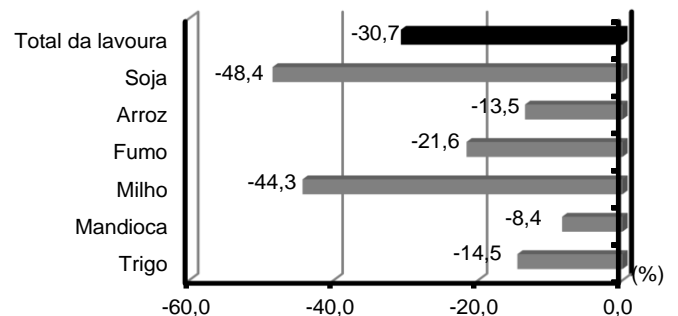
Taxa de variação acumulada em quatro trimestres do PIB no Brasil e no Rio Grande do Sul — 4º trim./07-2º trim./12



FONTE: IBGE. Contas Nacionais Trimestrais. FEE/CIE/NIS.

Gráfico 6

Estimativa de crescimento da lavoura e de suas principais culturas no Rio Grande do Sul — ago./12



FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. FEE/CIE/NIS.

O progresso técnico como desafio para a indústria brasileira

A evolução da produção industrial de julho sinaliza a retomada do crescimento da economia brasileira para o segundo semestre de 2012. Na série dessazonalizada, a produção industrial cresceu 0,3% na comparação com junho, quando cresceu 0,2%. No entanto, a lenta reação ainda é incapaz de reverter o fraco desempenho industrial acumulado no ano (-3,7%) e nos últimos 12 meses (-2,5%). Na análise por categorias de uso, a produção mensal de bens de consumo duráveis cresceu 0,8%, enquanto a de bens de consumo semi e não duráveis variou negativamente (-0,6%). Por outro lado, o aumento da produção de bens de capital (1,0%) e de bens intermediários (0,5%) indica uma melhoria das expectativas quanto ao crescimento da economia. No ano, a produção de bens de capital acumulou variação de -12,0%, a de bens de consumo duráveis, -8,4%, a de bens intermediários, -2,5%, e a de semi e não duráveis, -0,5%.

Apesar de o resultado mensal apontar para a recuperação da atividade industrial, impulsionada, principalmente, por estímulos da política econômica — queda da taxa de juros, desvalorização cambial e medidas de política industrial —, o lento crescimento da produção revela os limites alcançados pelo padrão de crescimento da economia brasileira. Pelo lado da demanda, o menor dinamismo do mercado interno, associado ao agravamento da crise externa, repercutiu significativamente sobre o desempenho industrial do primeiro semestre. Pelo lado da oferta, a queda da taxa de juros e a desvalorização cambial, consideradas chave para a retomada da competitividade da indústria, tiveram impacto limitado sobre a atividade fabril. Esse desempenho pode estar mostrando o esgotamento de

um modelo empresarial disseminado no Brasil, de assegurar a rentabilidade das empresas através da redução de custos com importação de insumos — ao invés da busca por ganhos de produtividade — e em rendimentos de aplicações financeiras — ao invés da adoção de estratégias competitivas mais adequadas aos padrões de concorrência nos mercados em que atuam.

Nessa conjuntura, os desafios a serem superados pela indústria nacional exigem o avanço das políticas industrial e tecnológica, não apenas como um meio para a recuperação dos níveis de produção, mas, sobretudo, para internalizar, na economia nacional, o progresso técnico necessário para expandir a produtividade e a competitividade empresarial capazes de acelerar o crescimento e conter o processo de desindustrialização.

Indicadores da produção industrial, por categoria de uso, no Brasil — jul./12

CATEGORIAS DE USO	JUL/JUN (1)	ACUMULA- DO NO ANO	
		ACUMULA- DO 12 MESES	(%)
Indústria geral	0,3	-3,7	-2,5
Bens de capital	1,0	-12,0	-6,6
Bens intermediários	0,5	-2,5	-1,5
Bens de consumo	-0,1	-2,4	-2,3
Duráveis	0,8	-8,4	-7,9
Semi e não duráveis	-0,6	-0,5	-0,5

FONTE: IBGE/PIM-PF.

(1) Série com ajuste sazonal.

César S. Conceição
Economista, Pesquisador da FEE

Exportações gaúchas crescem para destinos não tradicionais

Apesar da queda de 6,1% no valor das exportações gaúchas, no acumulado de janeiro a agosto, alguns destinos estão apresentando aumento significativo em relação ao mesmo período de 2011. Com exceção dos EUA, esses países não são destinos tradicionais das exportações do RS.

Um mercado que começa, aos poucos, a ganhar espaço nas exportações gaúchas é a Índia, principalmente pela venda de óleo de soja, que passou de US\$ 10 milhões em 2011 para US\$ 78 milhões em 2012, no acumulado de janeiro a agosto. Outro país asiático que ganhou importância na pauta do Estado foi a Coreia do Sul, impulsionada pelas exportações de farelo de soja, que aumentaram em US\$ 48,5 milhões. Esse mesmo produto também puxou as vendas para a Romênia, em US\$32,5 milhões no período.

A Nigéria, que é o principal destino do arroz do RS, teve um bom crescimento nas exportações desse produto, que aumentou em US\$ 24,6 milhões em relação a 2011. O desempenho nas vendas de arroz para o Benin (+US\$ 26,5 milhões) tornou o país o terceiro principal destino do produto gaúcho. Para os Emirados Árabes, houve um crescimento das exportações de trigo em US\$ 73,7 milhões, tornando-se o principal produto vendido para esse país. Além disso, as exportações de óleo de soja para esse país também tiveram um bom desempenho, com um aumento de US\$ 9,8 milhões. Já o crescimento das exportações gaúchas para a Ucrânia ocorreu devido ao aumento na venda de carne suína, que encontrou, no país, uma alternativa ao embargo russo a esse setor.

Na América Latina, enquanto o total de embarques para os três principais parceiros (Argentina, Uruguai e Paraguai) apresentou uma queda no acumulado do ano de 18,7%, houve um importante aumento para Chile, Venezuela e Equador. A venda de ônibus, com um aumento de US\$ 56,2 milhões, foi o que puxou as vendas para o Chile. No mercado equatoriano, o Estado vem ganhando espaço na venda de farelo de soja. Já para a Venezuela, os maiores ganhos ocorreram na venda de construções pré-fabricadas de metal.

Maiores crescimentos e variação, por país de destino, das exportações do RS — jan.-ago. 2011-12

PAÍSES	VALOR (US\$ 1.000)		VARIACÃO	
	Jan.- ago./11	Jan.- ago./12	US\$ (1.000)	%
Estados Unidos ..	902.320	998.639	96.319	10,7
Emirados Árabes	143.627	224.580	80.954	56,4
Chile	241.524	313.510	71.986	29,8
Índia	38.503	105.257	66.754	173,4
Ucrânia	51.012	107.359	56.347	110,5
Venezuela	194.336	246.832	52.496	27,0
Coréia do Sul	148.536	199.571	51.035	34,4
Equador	73.033	115.750	42.716	58,5
Romênia	13.382	47.551	34.169	255,3
Benin	15.994	47.332	31.338	195,9
Nigéria	109.896	140.889	30.992	28,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secex/MDIC.

Guilherme Risco
Economista, Pesquisador da FEE

Bonde em Porto Alegre? Só mesmo o da memória

Porto Alegre tem uma longa história de convivência exitosa com o bonde, tendo sido uma das primeiras cidades brasileiras a adotá-lo, com a linha pioneira datando de 1º de novembro de 1864. Eram os dias do “bonde a burro”, um veículo aberto que circulava sobre trilhos de madeira e sofria constantes descarrilhamentos. Seria somente com a chegada do bonde elétrico que se colocaria uma alternativa satisfatória ao problema dos deslocamentos nas grandes cidades. Em Porto Alegre, esse tipo de melhoria só foi incorporada em 1908, quando começaram a trafegar as primeiras unidades elétricas. Em 1926, ano de constituição da atual Companhia Carris Porto-alegrense, havia cerca de 100 veículos em circulação nas diversas linhas. Foram tempos áureos para o transporte urbano sobre trilhos no Brasil, mas que chegariam ao fim durante a década de 60 do século passado. Em âmbito local, a rede permaneceu ativa por mais de 60 anos (até 08.03.70), sendo a penúltima a ser descontinuada no País.

O desmantelamento das redes de bondes foi um evento de abrangência mundial. Seria apenas após passar por um verdadeiro banho de rejuvenescimento que o bonde voltaria às ruas em grande estilo, na versão atualizada chamada de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT). Como tal, afirma-se como um modal que se distingue por suas originalidade e técnica apuradas, por seus níveis de segurança e por sua capacidade de adequação a uma oferta de transporte variável, e, portanto, à evolução da demanda. Distingue-se também por sua capacidade de adaptação, em via de superfície, ao ambiente urbano — com segregação parcial ou total do corredor — e pelas vantagens conferidas pelo uso de veículos de piso baixo, que viabilizam estações assemelhadas a paradas de ônibus. Acrescentem-se seus excelentes requisitos técnicos, herdados de uma tecnologia secularmente comprovada, seu rodar silencioso e as condições de conforto propiciadas aos usuários, dentro de um quadro orçamentário de investimentos relativamente modestos. Por diferenciar-se de um sistema metroviário tradicional, o VLT define-se como uma solução de infraestrutura menos complicada e uma tecnologia intermediária no campo do transporte de massa.

O sucesso internacional do VLT começa também, ainda que de forma tímida, a fazer seguidores no Brasil, podendo-se referir dois tipos de empreendimentos. O primeiro corresponde ao que se poderia chamar de “VLT regional”, o exemplo sendo o chamado “trem do Cariri”, que envolve uma proposta de remodelação do uso de ramais ferroviários existentes. Corresponde à incorporação de composições automotrizes, motorizadas a diesel — *made in* Ceará, por uma empresa instalada em Barbalha —, sendo um projeto de inspiração e de tecnologia 80% nacionais. São sete as cidades nordestinas que aderiram ao “pacote”, algumas com financiamento do PAC Mobilidade: Cariri (em operação), Fortaleza, Recife, Maceió, Sobral, Arapiraca e Macaé. É uma solução de relativo baixo custo, que tem méritos ao aproveitar uma infraestrutura subutilizada e ao empregar um material rodante com ares de modernidade. Mas também tem suas limitações, por ficar na dependência de um traçado viário já estabelecido e por representar uma alternativa discutível em termos do meio ambiente, pelo uso da motorização diesel. Ainda na mesma linha do VLT regional, mas incorporando veículos tracionados eletricamente, cabe

citar os dois sistemas previstos no Estado de São Paulo, o VLT-ABC-Guarulhos (em estudos) e o VLT Santos-São Vicente (em vias de qualificação das empresas interessadas).

Há um segundo tipo de empreendimento a considerar, mais próximo do imaginário associado aos modernos VLTs. São quatro propostas, em distintos estágios de realização, baseadas em veículos com motorização elétrica. Uma delas corresponde ao VLT-Cuiabá-Várzea Grande, um caso complicado, visto que suas obras estão paralisadas desde agosto de 2012, por decisão da Justiça Federal e por suspeita de irregularidades. O futuro do sistema é incerto, após perder o financiamento federal por uso indevido do Regime Diferenciado de Contratação (RDC), aplicável aos projetos da Copa de 2014. Uma outra proposta, também problemática, é a do VLT-Brasília, um sistema com duas linhas e 30km de extensão. As obras foram sustadas em dezembro de 2009, logo após seu início, por problemas na concorrência pública. Um novo edital reduziu em dois terços a quilometragem a ser construída, mas a situação permanece indefinida, visto que o projeto não conta mais com a linha de crédito federal da Copa de 2014. Há ainda duas outras propostas em fase de estudos, uma delas sendo o VLT-Nova Friburgo (RJ), que deve operar com uma rede composta por seis linhas. A outra remete ao VLT-Rio de Janeiro, cujo projeto está em uma fase mais avançada de execução. Consiste em um ambicioso sistema de seis linhas interligadas — com 30km de extensão, 32 composições e 42 estações —, que também utiliza recursos do PAC Mobilidade.

No que concerne à melhoria do transporte público de Porto Alegre, as decisões tomadas passam, basicamente, pela implantação de três linhas BRT nos atuais corredores de ônibus e pela construção de uma linha de metrô leve servindo a zona norte. A proposta *BRT* tem suas vantagens e, dependendo da qualidade do projeto implantado, pode ser promissora no campo do transporte de massa. Mas também tem restrições, especialmente do ponto de vista ecológico, pelas emissões do motor a diesel. Além disso, carrega o estigma do ônibus e tem baixa capacidade de atração de novos usuários. Quanto à qualidade do projeto, trata-se de uma questão em aberto, já que — sem existir um estudo prévio de demanda com a projeção do número futuro de passageiros — não havia como definir as dimensões da infraestrutura a ser implantada (inclusive estações e terminais) e, nem mesmo, determinar o tamanho dos veículos a serem usados. Nessas condições, fica-se curioso para saber como foi possível chegar às estimativas de custos dessas obras, financiadas no modelo RDC.

A longa tradição local do bonde e os êxitos do VLT no contexto mundial não bastaram para determinar sua reinserção no cenário porto-alegrense. Salvo, é claro, se se levar em conta essa proposição esdrúxula de resgate da memória afetiva da cidade, a partir da criação de uma linha de turismo em seu centro histórico, na qual deverá circular um dos antigos bondes. Porto Alegre merecia bem mais do que isso, tendo-se perdido uma oportunidade ímpar — ao ignorar-se o VLT na agenda dos projetos da Copa de 2014 — de qualificar decisivamente o transporte urbano da cidade em benefício das gerações atuais e das futuras.

Ricardo Brinco
Economista, Pesquisador da FEE

Sinal de alerta para o crescimento

O PIB brasileiro vem desacelerando desde 2010, indicando a possibilidade de o ciclo de crescimento iniciado em 2004 estar se esgotando. Em todo esse período, a economia brasileira experimentou uma expansão às taxas mais elevadas dos últimos 30 anos. Apenas em 2009, o efeito combinado da crise financeira internacional e da rigidez monetarista que dirigia a política do Banco Central, então com sua obsessão em reduzir a inflação a qualquer preço, produziu uma breve interrupção dessa trajetória.

Hoje, diferentemente, há uma maior sintonia entre todos os órgãos definidores da política econômica, de que é testemunha a inédita redução da taxa de juros real para cerca de 3%. Por sua vez, a crise internacional é a mesma, inclusive com alguns sinais de recuperação da economia, especialmente nos EUA, mas com expectativa de agravamento para os próximos anos. Isso leva a que se busquem as causas dessa desaceleração em outra direção.

A tabela mostra o desdobramento do PIB trimestral em seus principais elementos. O dado mais significativo é a evidência de que o setor que mais contribuiu para a desaceleração foi o da indústria de transformação. Quando se dirige o olhar para os componentes do gasto, é o investimento — a formação bruta de capital fixo — o responsável maior pela queda da economia. Essa constatação é preocupante por duas razões, que têm a ver tanto com o esgotamento das fontes do crescimento do período anterior, como com a perspectiva de sua continuidade no futuro.

Desde 2004, uma série de ações que estimularam o consumo das famílias respondeu pelo principal impulso à atividade produtiva, embora o papel do mercado externo também não tenha sido pequeno. Os programas sociais transferiram renda para dezenas de milhões de pessoas, a elevação do salário mínimo e o aquecimento do mercado de trabalho fizeram crescer a remuneração dos empregados, a expansão do crédito veio agregar uma maior capacidade de gasto aos consumidores e, também, a partir de 2009, a reação da política econômica via bancos públicos e redução do superávit primário contribuiu para minimizar os efeitos da crise e da queda das exportações.

O Governo vinha, ainda nesse período, buscando estimular o investimento e a produção industrial, através de algumas políticas setoriais e do PAC. Essas iniciativas, no entanto, foram contrabalançadas pela valorização do câmbio, que provocou crescimento das importações de produtos industrializados, não só reduzindo o mercado da indústria nacional de bens manufaturados como também de bens de capital, máquinas e equipamentos. Assim, em função do real valorizado, uma parte dos estímulos acabou vazando para o exterior. Como se vê na tabela, as importações são o segmento mais resistente à desaceleração. Mas sua contribuição para o PIB é negativa.

Se as políticas setoriais não alcançaram superar o obstáculo do câmbio, os investimentos do PAC claudicam sob o efeito da legislação herdada das reformas dos anos 90. Buscando conter o gasto público, as reformas geraram uma série de novas exigências e condicionalidades para projetos e licitações, que levam, frequentemente, à paralisação de obras em razão de manobras recursais e fiscalizatórias. Apesar das melhores intenções, os gestores públicos não conseguem cumprir os cronogramas dos investimentos programados.

Ao mesmo tempo, as transferências de renda, os aumentos salariais e o endividamento das famílias atingiram limites que reduzem seu papel na expansão da demanda efetiva. A possibilidade de o consumo continuar, de forma isolada, sustentando a expansão do produto se esgotou. No que respeita aos investimentos do setor privado, o pessimismo criado pela seca do crédito em 2009, pelo câmbio valorizado e pelas adversidades do setor manufatureiro gerou um ambiente de expectativas negativas, grande responsável pelo mau desempenho do PIB e que encontra dificuldades para ser superado.

A retomada do desenvolvimento vai exigir ações mais eficazes do Estado no estímulo ao investimento e no fomento à indústria de transformação. Para crescer, a economia brasileira precisa dos ganhos de produtividade que são gerados no setor manufatureiro, especialmente na produção de máquinas e equipamentos de alta tecnologia. O desafio do momento é curar a “doença pessimista dos homens de negócio”, para conseguir uma retomada dos investimentos e da inovação, elevando a produtividade.

Taxa de crescimento acumulada em quatro trimestres do PIB no Brasil — 2º trim./11-2º trim./12

SETORES DE ATIVIDADE	Taxa de crescimento acumulada em quatro trimestres do PIB no Brasil — 2º trim./11-2º trim./12 (%)				
	2011.II	2011.III	2011.IV	2012.I	2012.II
PIB a preços de mercado	4,9	3,7	2,7	1,9	1,2
Agropecuária	2,3	2,7	3,9	0,8	1,5
Indústria extrativa mineral	8	5,4	3,2	2,9	1,7
Indústria de transformação	3,9	1,7	0,1	(-) 1,1	(-) 2,9
Construção civil	5,8	4,4	3,6	3,1	2,9
Serviços	4,4	3,6	2,7	2,1	1,6
Despesa de consumo das famílias	6,2	5,4	4,1	3,2	2,5
Despesa de consumo da administração pública	3,3	2,3	1,9	2,3	2,2
Formação bruta de capital fixo	11,5	7	4,7	2,1	(-) 0,3
Exportação de bens e serviços	8,7	6,8	4,5	5,1	2,8
Importação de bens e serviços (-)	23	14,5	9,7	8,2	5

FONTE: IBGE/Contas Nacionais Trimestrais.

Luiz A. E. Faria
Economista, Pesquisador da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 28.09.12).

ISSN 1517-7262

A **Carta de Conjuntura FEE** é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.

 **Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial: André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Editoração: Breno Camargo Serafini (revisão) e Jadir Vieira Espinosa (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283
E-mail: carta@fee.tche.br
Twitter: @cartafee
www.fee.rs.gov.br